

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

930 MAT, S^x Hist 5835

BIBLIOTECA



HISTORIOGRAPHICA
LISBON
HISTORICAL
STUDIES

HISTORIOGRAFIA E *RES PUBLICA* NOS DOIS ÚLTIMOS SÉCULOS

Sérgio Campos Matos & Maria Isabel João (orgs.)

CH
CENTRO DE HISTÓRIA

CEMRI UAb
CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA

Lisboa

Centro de História da Universidade de Lisboa
Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta

2017

ÍNDICE

- 11 SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA NOS DOIS ÚLTIMOS SÉCULOS
Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João

25 I - HISTÓRIA, TEMPO, CIDADANIA

- 27 O HISTORIADOR NA CIDADE: HISTÓRIA E POLÍTICA
Fernando Catroga

- 89 HISTOIRE GLOBALE, HISTOIRE NATIONALE?
COMMENT RÉCONCILIER RECHERCHE ET PÉDAGOGIE
Christophe Charle

- 115 AS FORMAS DO PRESENTE.
ENSAIO SOBRE O TEMPO E A ESCRITA DA HISTÓRIA
Temístocles Cezar

- 131 CONTINUIDADES E RUPTURAS HISTORIOGRÁFICAS:
O CASO PORTUGUÊS NUM CONTEXTO PENINSULAR (C.1834 - C.1940)
Sérgio Campos Matos

161 II - DIRECÇÕES DE ESTUDO

- 163 MODERNIZAÇÃO E BLOQUEIOS:
PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
NA MEMÓRIA HISTÓRICA
José Luís Cardoso

- 183 A HISTÓRIA SOCIAL EM PORTUGAL (1779-1974)
ESBOÇO DE UM ITINERÁRIO DE PESQUISA
Nuno Gonçalo Monteiro

- 203 ESPIRITUALIDADE E RELIGIÕES:
UNIVERSOS DE MOTIVAÇÃO E DE CRENÇA
António Matos Ferreira

**A HISTÓRIA SOCIAL EM
PORTUGAL (1779-1974)
ESBOÇO DE UM ITINERÁRIO
DE PESQUISA**

Nuno Gonçalo Monteiro

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Convidado a escrever sobre *A história social em Portugal da fundação da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo (1779-1974)*, gostaria de começar por salientar que, mais do que apresentar resultados de uma pesquisa sistemática, considero esta uma oportunidade para discutir as formas de tratar o tema proposto.

O que foi a «História Social»?

A primeira questão, naturalmente, é a de saber o que se pode entender por “História Social”. Trata-se, com efeito, de uma taxonomia internacional, que terá tido o seu momento de maior difusão semântica há algumas décadas, mas que não deixa, apesar disso, de ser usada para autodefinição por uma ampla parcela dos praticantes do ofício de historiador.

Em termos globais, nunca deixaram de existir ambiguidades na designação e nos territórios que lhe correspondiam. Pelo menos desde meados do século XX que “História Social” podia querer dizer duas coisas distintas: uma forma de fazer a história de qualquer assunto, que partia do postulado de que as explicações para as matérias analisadas, quaisquer que elas fossem, deviam ser sociais, quer dizer, não decorriam dos indivíduos e estavam conectadas com o mundo social no seu conjunto (pressupondo, portanto, uma forte influência de teorias que fornecessem esses vínculos, fossem elas o marxismo ou outras); e, por outro lado, uma definição muito mais restrita, que identificava a história social com os temas que, mais ou menos sumariamente, eram deixados de lado pela história política, pela história intelectual e pela história económica, embora mantivesse relações preferenciais com esta (temas como a demografia, a família, a criminalidade, etc.). Ainda hoje, subsiste esse duplo sentido da expressão: uma forma particular de fazer todo tipo de história ou o estudo de certos temas específicos (embora nem sempre bem determinados).

Foi no mundo de cultura anglo-saxónica que a utilização da denominação no primeiro dos sentidos referidos mais se difundiu, adquirindo um estatuto análogo (mas não exactamente coincidente) com o da história económica e social na cultura historiográfica francesa dos anos 60 a meados de 70.

Importa referir brevemente a evolução das práticas da história social no mundo de cultura anglo-saxónica, até porque foi mais influente em geral do que quaisquer outras tradições nacionais que usam essa designação (a qual, apesar de todas as crises, mantém um enorme prestígio e uma grande utilização). Podemos considerar como ponto de partida, a celeberrima definição difundida pelo livro de G. M. Trevelyan, *The Social History of England*, publicado pela primeira vez no início

dos anos quarenta: «the history of the people with politics left out»¹. Foi contra uma leitura linear desta definição que se gerou o primeiro grande impulso e a primeira identidade forte da história social inglesa do período contemporâneo, porque, apesar dos trabalhos decisivos de Lawrence Stone e Peter Laslett², entre muitos outros, o período contemporâneo constituiu o terreno de eleição da história social anglo-saxónica. As obras mais marcantes foram os trabalhos de E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e John Foster³. O terreno de eleição era, pois, a história da classe operária e do movimento operário, o que fez com que a política nunca fosse tão acentadamente abandonada como na história dos *Annales*. Nos anos 70, a história social anglo-saxónica sofreu uma mutação comparável mas não confundível com a sofrida pela historiografia francesa, com a decorrente pulverização dos tópicos e dos temas de análise. E, partir da última década do século XX, a referência global à história social enfraqueceu, após os debates pós-modernos e a explosão dos chamados «cultural studies».

Que dizer sobre Portugal, entre finais do século XVIII e 1974, conforme proposto?

Em primeiro lugar, parece certo que se deve distinguir cuidadosamente entre os usos da expressão «História Social» e as produções intelectuais que, de uma ou outra forma, se poderiam incluir nesse território académico. Antes mesmo de finais de setecentos, diversos são os escritos que se poderiam enquadrar na categoria de «ensaio de história social». Não oferece dúvidas, por exemplo, de que nos escritos dos «arbitristas» do século XVII⁴ mas, sobretudo, naqueles que foram produzidos por alguns dos chamados «estrangeirados», com destaque especial para D. Luís da Cunha e para António Ribeiro Sanches, se podem encontrar referências fundamentais sobre a matéria⁵. De facto, algumas das mais enraizadas

1 *English Social History: A Survey of Six Centuries: Chaucer to Queen Victoria*. Londres, 1942.

2 Cf., em particular, STONE, Lawrence - *The Crisis of the Aristocracy, 1558-1641*. 1ª ed. Oxford University Press, 1965; *The Causes of the English Revolution, 1529-1642*. 1ª ed. New York: Harper Torchbooks, 1972 e *The Family, Sex and Marriage in England, 1500-1800*. 1ª ed. New York: Harper & Row, 1977; LASLETT, Peter - *The World We Have Lost: England Before the Industrial Age*. 1ª ed. 1965 e *Household and Family in Past Time*. 1ª ed. Cambridge University Press, 1972.

3 THOMPSON, E.P. - *The making of the English working class*. 1963; HOBBSAWM, Eric - *Labouring man*. 1964; e FOSTER, John - *Class struggle and the industrial revolution*. 1974.

4 Cf. António Sérgio - *Antologia dos economistas portugueses* (sel., pref. e notas António Sérgio). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924.

5 Cf. CUNHA, D. Luís da - *Instruções (...) a Marco António de Azevedo Coutinho* (pref. de A. Baião). Coimbra, 1930 e *Testamento político*. Lisboa, 1820; SANCHES, Francisco Ribeiro - *Cartas sobre a educação da mocidade* (1757).

ideias sobre a história social de Portugal, depois retomadas por tantos vultos destacados da cultura contemporânea, tiveram por base ideias, designadamente, sobre a influência excessiva e nefasta da Igreja, sobre cristãos-novos e comércio, e sobre o «puritanismo» aristocrático que aparecem nos escritos de meados do século XVIII e virão a ter, sob a forma de manuscritos primeiro e só muito depois como impressos, uma ampla difusão. Combinando-se, de acordo com um geometria variável, com a crítica ao impacto do império e do ouro e à influência inglesa, constituem o alimento da mais difundida visão de conjunto da história portuguesa, frequentemente designada por «teoria da decadência»⁶. Na verdade, é preciso ter em conta que estes escritos se destinavam a propor reformas, por vezes, com um cunho sistemático.

Embora por norma mais consistentes no plano empírico, as numerosas publicações da *Academia Real das Ciências*, com especial destaque para as respectivas *Memórias Económicas* (1789-1815)⁷, têm geralmente um objecto mais circunscrito. No entanto, alguns trabalhos, publicados ou não na época, constituem ensaios com um âmbito mais global e amplo eco futuro. É o caso da *Memória sobre as causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da monarquia*, de Joaquim Soares de Barros, entre outros⁸.

A «História Social» em Portugal

No entanto, se os textos antes referidos legaram imagens fortes sobre temas da história social de Portugal, a verdade é que a referida expressão deles não consta, salvo prova em contrário. De resto, conforme indica o primeiro dicionário da língua portuguesa, «social» queria dizer, «cosa concernente à sociedade, amizade, união de várias pessoas». Não era uma palavra de uso frequente, ao contrário de «sociedade» e dos seus múltiplos usos e significados⁹.

Coimbra, 1932.

6 Cf. o que adiante se refere sobre o assunto.

7 *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815* (introd. de José Luis Cardoso). Lisboa, 1990, 5 tomos.

8 *Ob. cit.*, pp. 99-117.

9 BLUTEAU, Raphael - *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes / Off. Pascoal Silva, 1712-

Pelo contrário, no primeiro liberalismo (1821-1823), a palavra «social» adquire um uso múltiplo e extremamente frequente. Percorrendo os debates parlamentares, expressões como «pacto social», «edifício social», «ordem social» ou «organização social» passam a ser muito usadas¹⁰. Não é difícil descobrir, na base dessa explosão, o contratualismo político que inspirava tantos parlamentares. No entanto, a década de 1820 e as culturas políticas do primeiro e do segundo liberalismo (1826-1828) vão adoptar com alguma recorrência um vocabulário social, com diversa inspiração, porventura já com influência nos doutrinários franceses. Em Abril de 1822, o deputado José Vitorino Barreto Feio tem uma das primeiras intervenções nas quais se destaca o conceito de «classe média»: «A nação portuguesa, assim como todas aquelas, que passaram da escravidão à liberdade, acha-se dividida em três classes, nobres, povo, e vadios. Se nós, com justa causa, temos excluído os vadios, porque não tem interesse algum na sociedade, por isso mesmo que não tem um certo; com muito mais razão deveríamos excluir de votar nas eleições a classe dos nobres, porque tem interesses opostos aos do povo, e aspiram sempre a escraviza-lo, e somente deveríamos admitir a classe média, porque é no meio, onde consiste a virtude»¹¹. No segundo triénio (aliás, biénio) liberal (1826-1828), a identificação do liberalismo com a «classe média» dos «negociantes e proprietários» tornar-se recorrente. Um exemplo paradigmático deste discurso é Silva Maia, negociante luso-brasileiro, publicista e autor de umas memórias postumamente editadas sobre a revolta liberal de 1828. Nos seus escritos ao sabor dos acontecimentos, como nas ulteriores memórias, assume com transparente clareza que os partidários do «sistema representativo» se recrutavam na «classe média», «aonde se acham actualmente reencontradas as luzes, as riquezas, e as artes; é a aristocracia da capacidade»; os partidários do absolutismo, ao invés, recrutar-se-iam, em primeira mão, na «aristocracia de nascimento», que conseguira mobilizar, «os plebeus, isto é, a grande massa do povo rude, que só sente, e quase não pensa»¹².

1728, 10 vols.

10 Cf. *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa - 1821-1822...* Disponível na Internet: URL: <http://debates.parlamento.pt/>.

11 *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa - 1821-1822...*, 19-04-1822, p. 879. Disponível na Internet: URL: <http://debates.parlamento.pt/>.

12 MAIA, Joaquim José da Silva - *Memórias históricas, políticas e filosóficas da revolução do Porto em Maio de 1828*. Rio de Janeiro, 1841.

No entanto, a expressão «história social» tardará a ser utilizada e ficará geralmente restrita a um uso muito contextual. Nos debates parlamentares, por exemplo, só parece tornar-se menos rara na década de 1880¹³, aparecendo então por vezes com um cunho claramente democrático e pós liberal, associada à «questão social».

Assim, apesar das influências dos doutrinários franceses, desde logo no discurso político e depois em obras marcantes como a de Alexandre Herculano, da recepção da novelista francesa (com a sua incontornável incursão nos temas «sociais»), da ulterior difusão da problemática da «questão social», e de toda a semântica com ela conectada, não parece que a expressão «história social» seja recorrente na cultura liberal e republicana portuguesa. É verdade que, quando se quer sublinhar a relevância de uma matéria, é a sua dimensão social que se invoca. Será certamente redundante, invocar muitas referências de Herculano, sustentando que «as biografias das famílias ou dos indivíduos nunca pode caracterizar qualquer época; antes pelo contrário, a história dos costumes, das instituições, das ideias, é que há-de caracterizar os indivíduos»¹⁴, ou «la revolution de Mouzinho sera pas seulement economique, elle fut aussi politique et social»¹⁵. Às vezes, há alusões explícitas surpreendentes, como numa das primeiras incursões pseudo naturalistas de Camilo Castelo Branco, em *Eusébio Macário* de 1879, que leva como subtítulo, «História natural e social de uma família no tempo dos Cabrais»¹⁶...

Significativamente, o termo difunde-se mais no início do século XX. Jaime Cortesão escreverá em 1928, nos *Factores Democráticos na Formação de Portugal*, com uma explícita referência a Durkheim: «o método geográfico, a interpretação económica, e o ponto de vista sociológico remodelaram nos últimos anos profundamente a História; e historiador algum, ‘contemporâneo do seu tempo’, poderá escusar-se de os utilizar. A História Social domina hoje a História»¹⁷.

Pela mesma altura, em 1930, numa colectânea em honra de Carolina

13 Pesquisa em: URL: <http://debates.parlamento.pt/>.

14 HERCULANO, Alexandre - "Cartas sobre a História de Portugal", in *Opúsculos* (org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia). 4ª ed., vol. V, carta V, p. 105, 1982-1983.

15 HERCULANO, Alexandre - "Mouzinho da Silveira ou la Révolution Portugaise", in *Opúsculos* (org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia). 4ª ed., vol. I, 1982-1987.

16 A partir da edição de 1879.

17 CORTESÃO, Jaime - *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal* (com um sugestivo prefácio de Vitorino Magalhães Godinho). Lisboa, 1964, p. 219.

Michaelis, João Lúcio de Azevedo publica «algumas notas relativas a pontos de história social». A ideia central é de que o povo é o depositário do sentimento nacional. O período de eleição é a Idade Média e 1383/1385, embora com incursões na organização dos mesteirais da Época Moderna¹⁸. Enfim, um texto que se situa claramente na genealogia da «história popular de Portugal», que adiante se discutirá.

No entanto, a referência mais surpreendente é, certamente, o primeiro livro que usa expressamente no título a expressão. Trata-se da *Histoire sociale du Portugal*, postumamente publicada em 1949, em Paris, com uma fotografia de Salazar ao lado da folha de rosto, da autoria do sociólogo, discípulo de Frederick Le Play e professor por quatro anos em Coimbra (1930-34), Paul Descamps (1873-1946). Destacando que «quoique le genre soit en train de se créer», faz uma detalhada incursão geográfica e histórica destinada a completar *Le Portugal Inconnu* de Leon Poisard¹⁹. De forma transparente, o livro é uma apologia pouco subtil do Estado Novo: quando uma ruptura profunda se produz, são precisos anos para estabelecer novas tradições: «Il faut donc prendre parti et créer un Estado Novo. C'est une ouvre d'éducation bien plus que d'organisation»²⁰. O impacto de Le Play em Portugal vinha muito de trás e tinha conduzido em 1918, no Porto, à fundação da Sociedade Portuguesa de Ciência Social, tendo como director Bento Carqueja²¹.

Em síntese, as plurais e por vezes surpreendentes referências à «História Social» não alimentaram um campo particular de pesquisa, antes constituíam uma alusão ocasional em obras dos mais diversos cunhos. Pondo de lado a historiografia medieval, pode sugerir-se que este panorama só começaria a ser parcialmente modificado a partir de meados do século XX.

18 AZEVEDO, J. Lúcio de - «Algumas notas relativas a pontos de história social», in *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

19 Sobre o tema cf. MEDEIROS, Fernando - "Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal - o contributo da escola de Le Play, 1908-1934", *Análise Social*. Lisboa, n.º 95 (1987), pp. 97-116.

20 DESCAMPS, Paul - *Histoire sociale du Portugal*. Paris, 1949.

21 Cf. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciência Social*, n.º 1/2 e 3/4, 1918.

A «teoria da decadência»

De facto, durante grande parte da Época Contemporânea pode dizer-se que, excepção feita ao período medieval e ao incontornável legado de Alexandre Herculano, primeiro, e depois de Henrique da Gama Barros²², Costa Lobo²³ e Alberto Sampaio²⁴, o que se escreveu sobre temas qualificáveis de «História Social» durante a maior parte do século XX repousou em investigações até muito tarde bem parcelares e fragmentárias, em muitos casos confundidas com o ensaísmo político, com um cunho de oposição à ditadura, pois a pesquisa histórica, em geral, teve uma limitada institucionalização durante o Estado Novo e, sobretudo, privilegiou até ao final dos anos sessenta, a Idade Média e os Descobrimentos. Com algumas excepções, excluiu-se a pesquisa sobre a história portuguesa posterior a 1820.

A renovação do publicismo histórico de finais dos anos 50, apesar da edição de obras como o *Dicionário de História de Portugal* (1963-71), sob a direcção de Joel Serrão, e da sua matriz essencial ser em boa medida a combinação de pesquisadores ligados ao Estado Novo com notórios nomes da historiografia oposicionista, mantém e amplia essas dimensões. A escrita sobre história é, em muitos casos, um lugar de oposição e, agora mais marcadamente (teses no estrangeiro), de exílio, sobretudo quando se estende ao século XIX, ao movimento operário e à República²⁵.

Essa escrita, porém, tirando em parte as obras sobre períodos mais recentes, era balizada por duas referências centrais: a chamada «teoria da decadência» e aquilo que poderemos chamar «história popular de Portugal», ou seja, dos momentos políticos em que o povo se fazia actor e determinava os destinos nacionais.

Não se pretendendo aqui resolver as ambivalências e oferecer uma definição fechada do que foi a «História Social» em Portugal, pelo contrário, assumiremos como tal as obras que assim se definiram, mesmo quando se referem a uma temática compartida. Existindo outros textos sobre o período medieval e sobre o império, valorizar-se-á neste as outras dimensões não cobertas por essas temáticas,

deixando-se de lado matérias como as origens da expansão, por exemplo. E as imagens de conjunto que interpelaram a história social.

A primeira referência incontornável nesse domínio é a chamada «teoria da decadência». Como já antes se assinalou, os seus pontos de partida são textos, sobretudo setecentistas, com ampla circulação manuscrita e mais tarde impressa, como os de Alexandre Gusmão e D. Luís da Cunha (os chamados estrangeirados²⁶), e que foram retomadas no vintismo e no primeiro liberalismo, e em geral no discurso sobre o Antigo Regime. Por seu turno, esses pensadores críticos setecentistas faziam suas, em larga medida, as imagens que os viajantes do Norte da Europa difundiam sobre a Península Ibérica católica e inquisitorial. Através deles foi-se difundindo uma certa imagem da história de Portugal. Depois, essa imagem seria retomada pelos pensadores críticos do liberalismo triunfante, designadamente, pela chamada *geração de 70*. Podem invocar-se diversos escritos de Oliveira Martins, mas o texto mais marcante da imagem antitradicionalista do período, destinado a influenciar sucessivas gerações futuras, é certamente a célebre conferência, pronunciada em 1871 por Antero de Quental, e intitulada *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Nela, Antero de Quental traça um balanço implacável: «A Península durante os séculos XVII, XVIII e XIX, apresenta-nos um quadro de abatimento e insignificância, tanto mais sensível quanto contrasta dolorosamente com a grandeza, a importância e a originalidade do papel que desempenhámos no primeiro período da renascença, durante toda a idade média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade». O retrato proposto estendia-se, explicitamente, ao conjunto peninsular. Mas sublinhava muitos traços especificamente portugueses. Desde logo, «a influência inglesa, que, por meio de cavilosos tratados, faz de nós uma espécie de colónia britânica». Mas também a influência do ouro - o ouro do Oriente e depois do Brasil -, «não se fabrica não se cria, basta o ouro...». O ouro que alimentava a monarquia centralizadora e a aristocracia cortesã que, «como um embaraço na circulação do corpo social, impede a elevação natural de um elemento novo, elemento essencialmente moderno, a classe média». Por fim, a

22 *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 5 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885-1934.

23 LOBO, António da Costa - *História da sociedade em Portugal no século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

24 SAMPAIO, Alberto - *Estudos históricos e económicos* (pref. de Luiz de Magalhães), 2 vols. Porto: Livraria Chardron de Lelo Irmão, 1923.

25 Cf. MONTEIRO, N. G. - "L'historiographie de la révolution libérale au Portugal: perspectives recentes", in *La recherche en histoire du Portugal - Bulletin du Centre d'Études Portugaises*, n° 1, 1989, pp. 57-65.

26 Não cabe aqui discutir o conceito utilizado com peculiar ênfase, entre outros, por Jaime Cortesão, *ob. cit.*, e enfaticamente criticado por Jorge Borges de Macedo em *O pensamento económico do Cardeal da Mota*, Lisboa, 1960, e depois em *Estrangeirados um conceito a rever*, Lisboa, s.d. [1974].

causa fundamental da decadência moral é comum ao conjunto ibérico: reside no catolicismo, no espírito tridentino e na inquisição que conta entre as suas culpas maiores «a perseguição dos cristãos novos (que) faz desaparecer os capitais»²⁷.

Este retrato produzido no último terço do século XIX sobre o Portugal dos séculos anteriores exerceu, como se disse, uma persistente sedução sobre os historiadores e publicistas que no século XX se debruçaram sobre a Época Moderna. De algum modo, a cultura histórica portuguesa no século XX ainda se dividiu em função dessa fronteira. As correntes intelectuais tradicionalistas (em especial o Integralismo Lusitano) procuraram reabilitar o Portugal barroco (associado à data emblemática de 1640), e foram em muitos casos, como se disse, anti-pombalinas. Pelo contrário, as correntes culturais antitradicionalistas retomaram a imagem de Antero de Quental sobre o Portugal moderno e foram, fundamentalmente, defensoras do legado pombalino²⁸.

Foi sob o legado desta dupla herança cultural e política que no século XX se realizaram diversos ensaios e pesquisas históricas. E pode afirmar-se que a «teoria da decadência» balizou, em larga medida, o pensamento de autores como António Sérgio, Jaime Cortesão, António José Saraiva ou Vitorino Magalhães Godinho. Ao mesmo tempo, é possível salientar alguns grandes tópicos da reflexão e discussão até à grande viragem representada pelo alargamento e institucionalização de todos os terrenos da investigação histórica decorrente do 25 de Abril de 1974 (que se reflectiu sobretudo nos finais da década de setenta e nos anos oitenta). Parte desses temas são comuns a todo o período moderno: estão neste caso, em primeiro lugar, a Inquisição portuguesa, os cristãos-novos e a «classe média» ou «burguesia», questões conexas, de resto. Outros assuntos são mais específicos dos séculos XVII e XVIII. Entre eles salientam-se alguns tópicos marcadamente políticos como a Restauração, o Absolutismo, ou a questão pombalina, e um amplo leque de questões que giram em torno do que se pode designar de origens do atraso económico português (incluindo nessa denominação assuntos como o Brasil colonial, o ouro e o seu impacto sobre a economia portuguesa, o tratado de Methuen e as relações com a

27 QUENTAL, Antero de - *Causas da decadência dos povos peninsulares*, [1ª ed. Porto, 1871]. Lisboa, 1979, pp.14, 22-23, 24 e 42, respectivamente.

28 Cf. TORRALBA, L. Reis - *História e ideologia*. Coimbra, 1989, pp. 69-93.

Inglaterra). Embora sejam de assinalar relevantes contribuições de estrangeiros²⁹, importa destacar que uma marca da produção desse período foi a combinação da investigação mais ou menos académica com o ensaísmo histórico-político, favorecida pelas condições de produção intelectual prevaletentes e pelas imediatas conotações políticas de temas como a Inquisição.

De facto, mesmo se somente uma parcela dos estudos em questão se refere a temas de história social em sentido restrito, a verdade é que a discussão em relação às matrizes fundamentais da «teoria da decadência» marca, de forma incontornável, muito do que se escreveu no século XX em matéria historiográfica económica e social. Assim, por exemplo, um livro tão inovador como o *Prix et monnaies au Portugal (1750-1850)*, de Vitorino Magalhães Godinho, publicado em Paris em 1955, com prefácio de Lucien Fébvre tem, certamente, múltiplos planos de leitura³⁰. Mas um dos mais evidentes é a ideia de que os surtos industriais durante o período referido só se teriam dado em conjunturas de crise do comércio e das receitas coloniais. Uma forma de confirmar, afinal, os efeitos negativos do império sobre a sociedade portuguesa³¹.

No polo oposto, mas com a mesma incontornável referência, pode afirmar-se, sem reservas, que uma grande parte da obra de Jorge Borges de Macedo foi um esforço para refutar aspectos fundamentais da «teoria da decadência». Essa dimensão é patente, não apenas no que escreveu sobre os «estrangeirados» ou sobre o pombalismo³², mas em particular na sua dissertação de doutoramento *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, publicada pela primeira vez em 1963. Apoiado num colossal levantamento de fontes, incluindo diversas até então inéditas em matéria de história social, o objectivo essencial da obra é provar que existiu indústria e diversos surtos industriais em Portugal, apesar do Tratado de Methuen, do peso comercial da Inglaterra e do ouro do Brasil³³. O mesmo, de resto, se pode sugerir sobre aspectos centrais do seu trabalho ulterior, designadamente, sobre a

29 Cf., no plano da história das relações económicas internacionais duas obras, depois traduzidas para português: SIDERI, Sandro - *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa, 1978; e FICHER, H.E.S. - *De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa, 1984. Num plano mais geral e da história agrária: SILBERT, Albert - *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIII début du XIX siècle contribution à l'histoire agraire comparée*. 2 vols. Paris, 1966, adiante discutido.

30 GODINHO, Vitorino Magalhães - *Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850*. Paris: Armand Colin, 1955.

31 Cf. RAMOS, Rui - *Tristes Conquistas. A Expansão Ultramarina na Historiografia Contemporânea (c. 1840 - c.1970)*. Lisboa: ICS, 1997 [dissertação não publicada].

32 MACEDO, Jorge Borges - *ob. cit.*, nota 26; e *Situação Económica no tempo de Pombal*, Lisboa, 1951.

33 *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*. Lisboa, 1963.

história diplomática³⁴.

Deixaremos mais para diante a expressão destas polarizações em terrenos mais estritamente conotáveis com a história social. Mas registamos, por hora, que será difícil exagerar a relevância das clivagens em torno dos temas da «teoria da decadência».

A «história popular de Portugal»

Mas a aceitação ou rejeição da chamada «teoria da decadência» coexistia com um outro referencial persistente: aquilo que podemos designar por «história popular de Portugal» ou seja, a ideia que nos momentos fundamentais, designadamente, quando a independência esteve em causa, foi a intervenção do povo que preservou a nação, muitas vezes contra as elites. Ao assimilar o povo³⁵ ao depositário da identidade nacional³⁶, esta concepção parece, muito naturalmente, associável ao nacionalismo e ao democratismo da propaganda republicana.

Com efeito, poder-se-ia invocar, por exemplo, José Arriaga, que anunciava em 1882 a «história revolucionária» das nações, destacando que «a moderna história portuguesa tem sido escrita retendo-se menos o verdadeiro procedimento do povo do que os actos dos príncipes e dos poderosos»³⁷. O que propunha era o estudo das revoluções que descobria em 1820, 1836, 1846 e 1852, mas depois essa cronologia seria ampliada por outros, partindo sempre de 1383, a 1580 (como fracasso da resistência popular à invasão estrangeira) e 1640. Nesse mesmo contexto, o grande doutrinador republicano Teófilo Braga, entre muitas outras incursões em temas conexos, designadamente no território da cultura popular, enraizava nas cortes de 1641 uma tradição “democrática” de restrições ao poder real³⁸ (teoria contratualista da origem popular do poder).

Com efeito, o tema é bem anterior ao auge da propaganda republicana. A mais sólida descrição era, sem dúvida, a da *História de Portugal* de Oliveira Martins, publicada em 1879³⁹, e já com citações da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, seguramente, o texto referencial sobre a matéria.

A grande narrativa popular sobre 1383-1385, a *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, modelo repetido e inigualado, foi impressa pela primeira vez em 1644⁴⁰. É difícil estabelecer uma genealogia textual e intelectual clara. Registe-se apenas que nos debates entre miguelistas, sobre a convocação de cortes em 1828, se discutem os momentos históricos de participação do povo na vida política, tema que se poderia presumir pertencer ao campo político contrário⁴¹.

Em todo o caso, fica claro que em diversos contextos se invoca uma «história popular» de Portugal que terá um amplo futuro no século XX, aliás, em diversos quadrantes ideológicos. Assim, podemos encontrar no já antes citado texto de Lúcio de Azevedo sobre a história social de 1930, uma explanação exemplar. Aí se afirma: «quando a ideia de pátria perdida na unidade romana acordou novamente na Península, o povo foi entre nós o depositário da identidade nacional, que faltou na classe dominante. Assim, quando perigava a independência, em 1383, em 1580, em 1808, as camadas populares, de raízes profundas no solo, seguiram as partes do Mestre de Aviz, ou do Prior do Crato, ou se levantaram contra os franceses, enquanto a nobreza não repugnava bandear-se com o estrangeiro»⁴². De facto, a teoria popular da história de Portugal foi adoptada por autores das mais díspares formações políticas e de bem diversas orientações historiográficas, nestes se incluindo, por exemplo, Jaime Cortesão.

As sequências identificáveis deste tópico, com aquelas ou outras datas (alteradas ou acrescentadas no que à última se refere), podem encontrar-se num número infindável de textos. Por exemplo, no texto referencial de Vitorino

34 MACEDO, Jorge Borges de - *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de geopolítica*. Lisboa, s.d.

35 Cf. sobre a taxonomia em períodos mais recuados, SÁ, Fátima - “Povo-Povos”, *Ler História*, nº 55, 2008, pp. 141-154.

36 Sobre este tópico em geral, cf. MATOS, Sérgio Campos - *Consciência histórica e nacionalismo. Portugal séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

37 ARRIAGA, José - *História da Revolução Portuguesa de 1820*. Vol. 1, 1888, p. *

38 BRAGA, Teófilo - *História das ideias republicanas em Portugal*, 1880.

39 MARTINS, J. P. Oliveira - *História de Portugal*. Lisboa, 1879.

40 Cf. BUESCU, Ana Isabel - “Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna: uma sondagem”, *Penlope: revista de história e ciências sociais*, nº 21, 1999, pp. 11-32.

41 Cf., entre outros, SANTOS, Clemente José dos - *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*. Vol. 4. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, e LOUSADA, Maria Alexandre, *O miguelismo (1828-1834). O discurso político e o apoio da nobreza titulada*, provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1987.

42 AZEVEDO, J. Lúcio de - *ob. cit.*, pp. 48-49.

Magalhães Godinho sobre a “Restauração”, no *Dicionário de História de Portugal*⁴³. Só que essa invocação do «povo» pouco ou nada se cruzava com a pesquisa sobre a sua conformação social.

A «História Social», 1950-1974

O período do pós-guerra trouxe algumas mudanças à publicação histórica de matérias ligadas à história social. Em todo o caso, mais pela edição de ensaios e pelo debate sobre certos temas, do que pela consistência da pesquisa sobre os mesmos.

Importa, em primeiro lugar, dar conta dos temas que decorrem directamente das grandes sequências narrativas antes referidas. A história popular, tal como a «teoria da decadência», teve alguns desdobramentos marcantes no terreno da história social, embora quase sempre num plano ensaístico.

Um dos registos a salientar foi, sem dúvida, o debate sobre 1383-85. Nele participaram, entre outros, Joel Serrão, com *O Carácter Social da Revolução de 1383*, publicado pela primeira vez em 1946⁴⁴, Álvaro Cunhal⁴⁵ e António Borges Coelho⁴⁶. Uma discussão apoiada na exegese de textos publicados (Fernão Lopes, sobretudo) e onde a invocação de categorias do marxismo se fazia em larga medida à margem da historiografia marxista internacional da altura e com inspiração num discurso com uma genealogia liberal e guizotiana sobre a «burguesia» medieval.

O mesmo tema da «classe média» que marcava, também, uma parte da discussão em torno da teoria da decadência, como se viu.

Uma boa ilustração desta pode encontrar-se no conhecido livro de Jaime Cortesão, dedicado a Alexandre de Gusmão, e publicado no Brasil a partir de 1952. A obra não se consagrou essencialmente à história social, mas deixou das mais taxativas páginas sobre a sociedade barroca do reinado de D. João V (1706-1750), que a posteridade registara como um tempo de ouro da nobreza portuguesa.

Escreveu ele então: «a nobreza evoluíra de classe para casta (...) os grandes fidalgos eram de uma arrogância inextinguível (...) entre eles a endogamia era a regra; (...) o próprio Rei erguia entre as classes divisões estancadas»⁴⁷. E acrescentava, «Portugal era então (...) o país mais tipicamente barroco da Europa (...) em nenhuma outra nação da Europa se encontravam as condições *optima* para a excelência daquele estilo: acima do povo submetido, a aristocracia dominando sem partilha, transformada em casta»⁴⁸. Jaime Cortesão destacava que «a velha burguesia de armadores, exportadores, grandes comerciantes e a nova dos industriais, definharam em proveito da nobreza e do alto clero (...) uma reduzida classe média de letrados, funcionários e lojistas não vincava qualquer traço na fisionomia da grei»⁴⁹.

É de notar que, no polo oposto, existiam concepções diametralmente divergentes sobre estes mesmos tópicos. Nessa matéria, é particularmente sugestivo um longo artigo publicado em 1928 na revista do Integralismo Lusitano. Significativamente intitulado «Ensaio sobre a nobreza portuguesa», o texto de Carlos da Silva Lopes tinha objectivos claros: «de todas as instituições do velho Portugal monárquico e cristão, a nobreza é a que mais mal compreendida se encontra, já por preconceito democrático, já pela confusão que ordinariamente se faz entre a nobreza portuguesa e a nobreza francesa, que de comum não tiveram, pode dizer-se, outra coisa mais do que o nome»⁵⁰. Não existiria, assim, «a menor analogia» entre a França anterior à Revolução e Portugal anterior a 1834. Ao contrário de França, em Portugal não existiria feudalismo, nem forte espírito familiar, «a ordem da nobreza é (...) mais vasta (...) que a francesa» e «não há dentro dela uma diferenciação prática entre várias categorias»⁵¹. Tal processo seria facilitado pela partilha dos mesmos apelidos entre grandes e humildes e, de forma muito especial, pelo facto de na antiga sociedade existir, a par da fidalguia «herdada dos antepassados», «a simples nobreza, a nobreza inerente aos cargos e profissões»⁵². Em resumo, o principal argumento do texto, no qual nunca se fala de títulos nobiliárquicos ou de

47 CORTESÃO, Jaime - *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* [1ª ed. 1952-1956]. 2ª ed., tomo I. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 93.

48 CORTESÃO, Jaime - *Op. cit.* (nº 12), p. 101.

49 CORTESÃO, Jaime - *Op. cit.* (nº 12), p. 93.

50 LOPES, Carlos Silva - “Ensaio sobre a nobreza portuguesa”, (sep. da *Nação Portuguesa*, série V). Lisboa, 1929, p. 6.

51 LOPES, *op. cit.* (nº 7), p. 12.

52 LOPES, *op. cit.*, p. 15.

43 Cf., em particular, GODINHO, V. M. - “Restauração”, in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. 4 vols. Lisboa, 1961-9.

44 SERRÃO, Joel - *O carácter social da revolução de 1383*. Lisboa: Seara Nova, 1946.

45 CUNHAL, Álvaro - *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média* (tradução do original francês). Lisboa: Estampa, 1975.

46 COELHO, António Borges - *A revolução de 1383: tentativa de caracterização*. Lisboa: Portugal, 1965.

morgadio, é que «ao lado da fidalguia, temos assim uma segunda nobreza adquirida pelo desempenho de uma função pública ou pelo exercício duma profissão liberal» e, para se entender «a sociedade portuguesa anterior a 34», é preciso «conhecer a dinâmica da velha família portuguesa, que, partindo das camadas mais humildes, se guindava às mais elevadas, fortificando-as, renovando-as e sobretudo impedindo-as de formar uma aristocracia fechada»⁵³. Destaque-se que estas imagens divergentes também se refletiam exemplarmente no tópico da «classe média». Para Silva Lopes, «a classe média (...) considera-se como pertencendo à nobreza»⁵⁴. Outros textos se publicaram em sentido análogo⁵⁵. Dos cristãos-novos não se fala.

Ora uma das expressões paradigmáticas da «teoria da decadência» revelar-se-ia nos trabalhos que encaravam a Inquisição como uma arma contra a «classe média» ou «burguesia», identificada com os referidos cristãos-novos, conforme sugerido desde há muito por Antero. Apoiando-se sobretudo em pesquisas de António Baião e de Lúcio de Azevedo⁵⁶ serão estas as ideias difundidas com grande fôlego ensaístico em diversas publicações por António José Saraiva. A sua obra mais sistemática sobre a matéria e que terá grande impacto será o livro *Inquisição e cristãos novos*, que no contexto político português de 1969 terá 4 edições⁵⁷.

Outros textos se poderiam certamente invocar. Mas estes estão seguramente entre os mais significativos. Em resumo, a produção essencialmente ensaística sobre o tema da nobreza e da classe média portuguesa ao longo da Época Moderna, escrita durante o século XX, foi escassa, mas dividiu-se por duas imagens totalmente contrapostas e divergentes. Uma destacando a fluidez e abertura do grupo nobiliárquico, outra qualificando-o de «casta» endogâmica e fechada. Os textos de outros autores destacados, como Jorge Borges de Macedo, não contribuíram para desvanecer a opacidade do tema⁵⁸, até por não nem sempre terem um fio condutor claro. Apenas no cenário posterior à ruptura democrática e à ampliação académica de 1974 se alterariam as condições de produção de escritos sobre o tema.

53 LOPES, *op. cit.*, p.16.

54 LOPES, *op. cit.* (nº 7), p.12.

55 Cf., em particular, múltiplas referências em trabalhos de João Lúcio de Azevedo.

56 Cf., em particular, AZEVEDO, J. Lúcio de - *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica, 1921.

57 SARAIVA, António José - *Inquisição e cristãos novos*. Porto: Inova, 1969.

58 Cf. MACEDO, Jorge Borges de - "Burguesia-Época Moderna" e "Nobreza-Época Moderna", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. 4 vols. Lisboa, 1961-9.

Entretanto, os anos cinquenta e sessenta ficarão ainda marcados por duas outras novidades. Uma será a emergência, em torno de Virgínia Rau e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do que se pode chamar um núcleo de história económica e social de matriz empirista. Os seus produtos mais notáveis serão, sem dúvida, os estudos sobre o período medieval e, em particular, os trabalhos de A. H. de Oliveira Marques, designadamente, a *Sociedade Medieval Portuguesa*⁵⁹. No entanto, parece justo salientar que é desse grupo que parte a introdução de alguns novos temas e técnicas de pesquisa, como a demografia histórica⁶⁰. Porém, o seu envolvimento nos debates antes referidos era apenas residual.

Pelo contrário, foi predominantemente à margem da universidade portuguesa e com forte cunho político que se dá, no mesmo período, a explosão do publicismo, com forte cunho ensaístico, sobre temas da história contemporânea. Primeiro, o século XIX, depois, a Primeira República e o Movimento Operário. O Estado Novo era ainda um interdito. Neste terreno pontificarão autores como Joel Serrão, José Tengarrinha, Vitor de Sá, César Oliveira e, mais para o final, Miriam Halpern Pereira, Manuel Villaverde Cabral ou o próprio Oliveira Marques, entre outros. Embora marcado por debates, incluindo o que mudou ou não mudou com o liberalismo, e utilizando categorias sociais como vetores analíticos com profusão, não se podem considerar a maior parte destes trabalhos, estudos aprofundados sobre história social no sentido mais restrito apontado no início. De resto, é no contexto da afirmação destes novos temas que o texto antes citado de Jaime Cortesão seria retomado por Vitorino Magalhães Godinho no seu livro *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, publicado em 1971, que nele se inspiraria para a formulação do conceito de «ordem nobiliárquico-eclésiástica»⁶¹. A ideia forte era a da cristalização de uma ordem social que vinha do Antigo Regime e se prolongaria pelo século XX. Contra a ideia de rupturas sociais no século XIX apontadas por outros (com antecedente notório em Alexandre Herculano e até em Oliveira Martins), o que se pretende realçar neste

59 *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. Lisboa: Sá da Costa, 1964.

60 Cf., COUVANEIRO, João e DORES, Hugo - "Os estudos históricos". In MATOS, Sérgio Campos e Ó, Jorge Ramos do (coordenadores) - *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta da China, 2013, pp. 933-935. Para Coimbra, cf. NUNES, João Paulo Avelãs - *A História económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 1911-1974*, Lisboa, 1995.

61 GODINHO, Vitorino Magalhães - *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971, p. 64.

ensaio é a «irrealizada sociedade burguesa»⁶², sugerindo-se presuntivamente que o Antigo Regime se prolongaria no Estado Novo...

No entanto, no que à história social diz respeito, a pesquisa deste período sobre as Épocas Moderna e Contemporânea sofria de inexoráveis limitações, designadamente, relativamente às condições institucionais para a pesquisa sistemática. Desse ponto de vista, os trabalhos do historiador francês Albert Silbert ocupam um lugar único⁶³. Não obstante o seu entrelaçar preferencial com a história agrária, tem uma sólida fundamentação documental, espelham a problemática internacional da história social até então prevalecente e constituíram-se em paradigma para trabalhos futuros.

Neste cenário, 1974 e o seu impacto a médio prazo representou uma efectiva viragem. A liberdade intelectual e de pesquisa, em primeiro lugar. A abertura ou alargamento da Universidade, em segundo lugar, a qual, embora se tenha iniciado antes do 25 de Abril, se acentuou de seguida, permitiu o aumento notório do número de pessoas que faziam investigação, mas também a crescente institucionalização académica da mesma. A maior parte da produção histórica passa a estar integrada em exigências de graus académicos ou de carreiras. Um outro factor decisivo foi, sem sombra de dúvida, a crise dos grandes paradigmas historiográficos dominantes nos anos 60. Contrariando uma tradição ensaística antes dominante, os historiadores portugueses das últimas décadas, com poucas excepções, têm evitado as grandes interpretações de conjunto sobre a história e a sociedade portuguesa. São outras páginas as que desde então se abriram⁶⁴.

62 *Ob cit.*, p. 123.

63 Cf. SILBERT, Albert - *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIIIe - début du XIXe siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. 2 vols. Paris; ver também, SILBERT, Albert - *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortes Libérales (1821-1823)*. Paris, 1968.

64 A revisão deste texto contou com um pequeno apoio financeiro do projeto estratégico UID/SOC/50013/2013 do ICS e com a inestimável colaboração de Carla Araújo.